

LITERATURA INDÍGENA E TEORIA LITERÁRIA: A ANÁLISE DE UMA VOZ- PRÁXIS MILITANTE

INDIGENOUS LITERATURE AND LITERARY THEORY: THE ANALYSIS OF A MILITANT VOICE-PRAXIS

Adriana Lins Precioso*
Igor Marangon**

RESUMO: Este artigo busca revisitar os conceitos fundamentais da teoria literária e apresentar uma orientação para estudos da Literatura Indígena, considerando sua constituição de uma *voz-praxis* militante e a particularidade do conjunto de obras e autores. Com isso, parte-se inicialmente da contextualização do surgimento da Literatura Indígena e da composição de uma *voz-praxis* estético-literária autoral. Em sequência, são apresentados e discutidos os caminhos possíveis para análises de obras de autores nativos com base na teoria literária. Para fundamentação teórica, usaremos os estudos de Munduruku (2016), Danner; Dorrico; Danner (2018, 2019) e Graúna (2013). Por fim, os resultados apresentados reforçam a consolidação de uma literatura efetivamente indígena, que difere do cânone, apresentando particularidades que rompem com conceitos da teoria literária ocidental e traçam caminhos para a constituição de uma nova teoria.

Palavras-chave: Literatura Indígena. Teoria Literária. *Voz-praxis*. Ativismo.

ABSTRACT: This article seeks to revisit the fundamental concepts of literary theory and present an orientation for studies of indigenous literature, considering its constitution as a militant voice-praxis and the particularity of the set of works and authors. With that, it starts initially with the contextualization of the emergence of Indigenous Literature and the composition of an authorial aesthetic-literary voice-praxis. In sequence, possible paths for analyzing works by native authors based on literary theory are presented and discussed. We will use studies by Munduruku (2016), Danner; Dorrico; Danner (2018, 2019) and Graúna (2013). Finally, the results presented reinforce the consolidation of an effectively indigenous literature, which differs from the Canon, presenting particularities that break with concepts of western literary theory and outline paths for the constitution of a new theory.

Keywords: Indigenous literature. Literary Theory. Voice-praxis. Activism.

** Doutora pela Unesp - Ibilce - Campus de São José do Rio Preto. Professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras. Professora do Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS da UNEMAT - Campus de Sinop. E-mail: adrianaprecioso@unemat.br

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Sinop/MT. E-mail: igor.marangon@unemat.br

Introdução

Sedimentada em uma cultura preconceituosa, a imagem do indígena esteve, durante cinco séculos, relacionada à figura do selvagem, contrastando com o modelo do civilizado representado pelo colonizador europeu. O silenciamento e a inviabilização da população nativa permitiu que a sociedade criasse uma memória coletiva dotada de estereótipos.

Foi com a construção de uma ideia de sociedade democrática, que os povos originários puderam enfim se organizar em uma luta política e cultural, assumir papéis proeminentes no ativismo político e se engajar em uma militância com perspectiva crítica sobre a sociedade. Da tomada de consciência que colocou lideranças e intelectuais indígenas no enfrentamento do etnocídio, surge a necessidade de os nativos reivindicarem seus espaços dentro da literatura e das artes.

Ao adentrar o campo literário, os indígenas fazem ouvir a sua voz, outrora silenciada, utilizam da escrita alfabética como instrumento de preservação da memória e da cultura de seu povo. A pluralidade dos grupos étnicos originários no Brasil conduz à reflexão da existência de “literaturas indígenas”, com o termo utilizado no plural, considerando que cada produção literária é resultante da cultura, da etnia e da tradição de seu autor. De acordo com a escritora Graça Graúna (2011, s/p), entre os termos que podem ser atribuídos para explicar a existência das literaturas indígenas contemporânea no Brasil, estão: “Identidades, utopia, cumplicidade, esperança, resistência, deslocamento, transculturação, mito, história, diáspora e outras palavras andantes”.

As literaturas indígenas já nascem políticas. O povo indígena é, por questões históricas, fruto da resistência. Por essa razão, para além da preservação da memória transmitida pela oralidade das comunidades, as literaturas de autoria indígena são também utilizadas como ferramenta de crítica social e de recurso cultural para fomento da luta coletiva. Desse modo, os autores originários

Contexto (ISSN 2358-9566) Vitória, v.1, n.45, 2024
<https://doi.org/10.47456/contexto.v1i45.43859>

atuam na contramão do conservadorismo presente na sociedade, resistindo ao pensamento eurocêntrico e colonizador. Esse processo literário tem por objetivo reconstruir a imagem dos nativos, contar as próprias histórias, resgatar a memória, manter viva a tradição e fortalecer a luta pela cidadania.

À margem do cânone literário, o surgimento dessas novas literaturas conduz o ambiente acadêmico para a reflexão de uma nova compreensão teórica, considerando as especificidades da construção da escrita ameríndia e possibilitando uma nova perspectiva de análises das obras, uma vez que os autores nativos dão origem a um conceito de *voz-praxis* autoral, autônoma, ativista e militante do e pela causa indígena. Ainda que os debates acadêmicos tenham, ao longo dos anos, levantado algumas dúvidas sobre a classificação das obras de autores nativos, é preciso considerar que, com a sua inserção no mercado editorial, surge uma nova estética e uma nova forma de se produzir literatura, cuja totalidade dos potenciais artísticos e políticos nela amalgamados a teoria ocidental não contempla.

15

Partindo, portanto, desse pressuposto, em que a literatura indígena produz uma nova *voz-praxis* militante, nascida da oralidade, transformada em escrita, e em que os conceitos fundamentados no cânone da teoria literária ocidental e europeia não são suficientes para analisar as particularidades presentes nas obras nativas, propõe-se revisitar os estudos e autores que possibilitem traçar caminhos e apresentar algumas alternativas para a teorização de pesquisas. Para isso, tomam-se como referência os estudos de autores que discorrem sobre literatura indígena, a constituição da *voz-praxis* ativista e teoria literária, como: Graúna (2013), Danner; Dorrico; Danner (2019, 2021) e Munduruku (2016).

A voz ativista na literatura indígena

Popularmente presente na literatura brasileira, a figura do indígena foi, ao longo da história, sendo construída e contada pela visão eurocêntrica do homem branco colonizador. Nessa perspectiva, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, percorrendo o nacionalismo-indianismo do século XIX, até o

início do período modernista, os movimentos políticos e sociais buscavam representar o “índio” com uma concepção romantizada do processo colonizatório e de miscigenação. Ao longo dos cinco séculos, o discurso *indianista* consolidou e atribuiu aos povos nativos sul-americanos características de selvagens e bárbaros, necessitando ser domesticado e catequizado, para receber valores, crenças e práticas próprias do homem branco e europeu. Em sua grande maioria, as obras indianistas

descrevem índios como seres dóceis, obedientes e sinceros. Acostumados à liberdade, os índios eram justamente o contrário frente ao colonizador. Não obedeciam e eram dados a fugas quando postos em cativeiro; tanto que foram por esses motivos que os negros os substituíram como escravos, sobrando a troca de favores ou a morte ou o catecismo como possíveis modos de convertê-los ao lado das forças colonizadoras. [...]. Ao contrário do que aconteceu, o esperável seria que o índio ocupasse, no imaginário pós-colonial, o lugar que lhe competia, o papel de rebeldia. Era, afinal, o nativo por excelência em face do invasor; o americano, como se chamava, metonimicamente, versus o europeu. (BOSI, 1992, p.162)

Para além dos interesses e objetivos que propunham esses movimentos políticos, culturais e literários, é válido destacar que o indígena é sempre “o outro”, isto é, as narrativas partem e são contadas da visão do não indígena. A voz dos povos originários foi historicamente silenciada e ignorada pela cultura e literatura brasileira, que consolidou uma memória coletiva munida de preconceitos e estereótipos, os quais se perpetuam até hoje e foram e ainda são responsáveis pelo avanço do etnocídio. A concepção sobre os “índios” sustentada pelo Romantismo do século XIX interferiu diretamente na História real do Brasil:

O processo de colonização no Brasil marca profundamente a vida e a história dos povos indígenas no país, onde sua cultura sempre foi desrespeitada, desvalorizada e seus direitos foram negados. Essa imagem de desrespeito foi fortalecida no período de formação da literatura brasileira quando os autores tentam construir a identidade nacional apresentando o índio como [...] quando serve e obedece ao colonizador. [...]. Desde a origem da civilização brasileira que a discriminação dos índios esteve e está relacionada com o desenvolvimento econômico do país. Um modelo pensado pelos latifundiários, fazendeiros, empresas, que sempre se mantiveram no controle da economia e do poder para favorecer pouca gente. (Assis *et al*, 2009, p. 50)

É somente a partir da segunda metade do século XX que inicia o Movimento

Indígena brasileiro. Os debates que dão origem a esse movimento partem em conjunto com as discussões que fomentam a constituição de uma sociedade democrática e propõem uma politização dos povos indígenas. A concepção de que os nativos precisavam assumir uma voz ativista e engajada para superar a inviabilização por meio de uma participação política-cultural, coloca-os como sujeitos ocupantes de um espaço para contar as próprias experiências e histórias, capazes de desmistificar a visão eurocêntrica e evitar o etnocídio:

Portanto, os povos, as lideranças e os intelectuais indígenas compreenderam que somente teriam condições de evitar o etnocídio em curso contra si se assumissem uma perspectiva ativista, militante e engajada em termos públicos, políticos e culturais, como sujeitos, causa e condição públicos, políticos e culturais, rompendo e desconstruindo uma visão muito comum relativamente ao indígena, a saber, de que ele possuiria capacidade relativa e, por conseguinte, não poderia assumir sua cidadania política e posicionar-se em termos de esfera pública, bem como de que seu lugar fundamental seria o canto mais recôndito da mata, junto com os demais animais, mas não na sociedade civil e, nela, sua participação da esfera pública, como sujeito político. (Danner; Dorrico; Danner, 2019, p. 216)

17

Nesse contexto de politização, o Movimento Indígena fortaleceu, a partir da década de 1990, a necessidade de uma literatura efetivamente indígena, escrita e narrada por autores e intelectuais nativos. Intrinsecamente ligada ao movimento, a aparição dessa literatura parte de uma compreensão de resistência cultural, com crítica ao conservadorismo do processo social e propõe ocupar um local de fala que fora historicamente negado. Enquanto o Movimento Indígena enfrentava o etnocídio em curso e buscava consolidar os povos como sujeitos-políticos, a literatura desconstruía estereótipos e preconceitos, uma vez que os nativos escreviam e publicavam “apresentando-nos seus valores, sua alteridade, bem como relatando-nos da situação de marginalização, de exclusão e de violência vividas e sofridas pelos povos indígenas no país” (Danner; Dorrico; Danner, 2019, p. 213).

Sendo assim, as literaturas indígenas estabelecem uma dinâmica política e politizante na sociedade contemporânea. Sua formação está diretamente vinculada a um ativismo e à resistência dos povos, os quais buscavam uma maneira de recontar a história a partir da visão do próprio indígena. Agora, é o escritor nativo quem conta suas memórias, suas histórias e mantém viva a

cultura e a tradição da sua comunidade. Estabelece-se, portanto, uma nova experiência da relação do indígena com o mundo e a sociedade, uma vez que a literatura sai da oralidade das aldeias e se transforma em escrita. Cabe ressaltar que, para que essa nova visão de mundo pudesse ser estabelecida e o enfrentamento aos preconceitos pudesse ser realizado, “foi necessário o domínio dos instrumentos próprios do Ocidente, que foram trazidos, em grande maioria, pela escola e pelas instituições religiosas - aparelhos ideológicos do Estado - cada vez mais presente nas aldeias indígenas brasileiras” (Munduruku, 2012, p. 195), isto é, foi necessário o indígena utilizar a linguagem e os espaços do não indígena, para poder ser ouvido enquanto indígena.

Apesar de verificar que seus valores e sua história haviam sido por anos delineados por meio das observações tantas vezes limitadas do colonizador, a literatura indígena ergue-se para reforçar a voz e a tradição do povo, fortalecendo a essência de resistência, uma vez que é um espaço de vozes que foram historicamente silenciadas, como afirma Graúna (2013, p.15):

A voz do texto mostra que os direitos dos povos indígenas de expressar seu amor à terra, de viver seus costumes, sua organização social, suas línguas e de manifestar suas crenças nunca foram considerados de fato. Mas, apesar da intromissão dos valores dominantes, o jeito de ser e de viver dos povos indígenas vence o tempo: a tradição literária (oral, escrita, individual, coletiva, híbrida, plural) é uma prova dessa resistência.

De acordo com Bosi (2002, p. 118), “resistência é um conceito originariamente ético, e não estético”. O seu sentido mais profundo apela para a força de vontade que resiste a outra força exterior ao sujeito”. Em outros termos, resistir está associado a uma relação de valores e antivalores, opostos entre si. De certo modo, é possível afirmar que a resistência identificada na literatura indígena dá-se, entre outras razões, pelo silenciamento que aos nativos foi historicamente imposto. A resistência aqui não está associada a uma forma literária, mas, sim, à existência dos autores enquanto sujeitos do mundo e agentes da história. É o contexto histórico que confia à literatura indígena o caráter de resistência. Assim, a voz do indígena transcende os limites literários e ganha uma função social, uma vez que:

A literatura indígena não está somente para registrar a memória e identidade dos povos originários. Ela tem também uma função política e social, no sentido de trazer para o corpo do texto problemáticas que estão nessas comunidades, em grande parte devido ao contato com a cultura ocidental, outros pela própria natureza humana dos indígenas. (Sicsú; Pereira, 2021, p.54)

Dessa maneira, a escrita assume uma função ainda maior para a população indígena, de modo que “para os povos indígenas, a escrita tem sua importância na forma de resistência, registro do pensamento e estratégia de continuidade para as futuras gerações” (Kambeba, 2020, p. 92), considerando que agora são os próprios nativos a manifestar sua realidade e suas tradições. Logo, a literatura torna-se instrumento da luta política:

Para nós, a literatura indígena é uma maneira de usar a arte, a caneta, como uma estratégia de luta política. É uma ferramenta de luta. E por que uma luta política? Porque, à medida que a gente chega na sociedade e a sociedade nos reconhece como fazedores de cultura, como porta-vozes de saberes ancestrais e intelectuais, ela vai reconhecendo também que existe uma cidadania indígena (Werá, 2017, p. 29).

19

Essa ideia reforça as literaturas indígenas como instrumento também político no enfrentamento ao colonialismo-racismo. Vale a pena ressaltar que os povos nativos só teriam lugar reconhecido social e institucionalmente quando assumissem protagonismo na luta político-cultural, que é o ponto de partida que justifica a fundação da *voz-praxis* dos e pelos povos indígenas na literatura.

De acordo com Leno Francisco, Julie Dorrico e Fernando Danner (2021, p. 137), a literatura indígena funda uma *voz-praxis* autoral, autônoma, ativista, militante e engajada que “adentra a esfera público-política como sujeito público-político, que promove e fomenta as tradições, ao mesmo tempo que denuncia e combate às situações de marginalização e exclusão sofridas por eles”. A voz que compõe a literatura indígena é, portanto, dotada de uma *praxis* estético-política, inaugurando um conceito de literatura com lugar de fala das e pelas minorias político-culturais, que é:

primeiramente para elas mesmas, a condição básica para seu enfrentamento dos processos de desenraizamento, de negatização, de exclusão, de marginalização e de extermínio aos quais estão submetidas em termos de um processo colonial calcado no racismo e no fundamentalismo e manifestado como fascismo planejado (Danner; Dorrico; Danner, 2021, p.135).

Desse modo, a literatura indígena transcende o conceito de ser puramente ficcional e propõe uma descolonização e uma descatequização da sociedade e da cultura, com relatos autobiográficos. A literatura indígena é, antes de tudo, viva e vivenciada dentro de seu povo, a sua *voz-práxis estético-literária* é política e politizante.

Portanto, a literatura indígena transcende os limites da escrita. Sua força catártica proporciona uma ampliação de sentidos capazes de transformá-la em uma arte política e de resistência, de modo que a luta pelos direitos dos povos nativos passa pelo espaço cultural e artístico. Para além da escrita, destaca-se a importância da literatura efetivamente indígena na preservação da memória, na defesa e divulgação da cultura originária, na desmistificação de preconceitos e na reconstrução de uma identidade indígena nacional.

A teoria nas literaturas indígenas

Como apresentado, as Literaturas Indígenas são um conceito relativamente novo no ambiente acadêmico, resultado da transformação e renovação da conscientização política dos povos e do aprimoramento da escrita civilizada. Longe de ser unanimidade, as literaturas de autoria nativa enfrentaram e ainda enfrentam uma série de debates acerca da sua real existência e de sua validade enquanto fenômeno estético de qualidade.

Com a emergência de publicações de autoria indígena, a primeira questão que surgiu no debate acadêmico foi: Como classificar as obras desses autores nativos? Por alguns anos, os críticos literários insistiram em classificá-las como literatura infanto-juvenil, considerando que as obras traziam narrativas míticas dos povos, e seu conteúdo servia apenas como instrução e entretenimento para crianças e jovens. Essa classificação ignorava a importância das narrativas para as comunidades indígenas e, sobretudo, o caráter tradicional e ancestral presente nos escritos, buscando identificá-los em um segmento pouco considerado pela literatura canônica até os dias atuais. Mais do que um mero “folclore”, as obras narram experiências próprias de um povo, celebram a memória, dão visibilidade aos ritos e são instrumentos de resistência e

reconhecimento cultural.

Outra crítica que alguns especialistas remetiam às literaturas indígenas era de que, ao escrever, o autor nativo deixava de ser “indígena”, porque a escrita era incompatível com a sua tradição oral. Essa ideia reforçava uma invisibilidade da autoria originária e a rotulava no ambiente acadêmico como uma literatura brasileira contemporânea, ignorando as particularidades da obra. Sobre a relutância do meio acadêmico, o intelectual indígena Daniel Munduruku (2018, p. 8) afirma:

Longe de estar ocupando um espaço largo na memória nacional, a literatura indígena ainda tateia procurando seu lugar de pertencimento no cenário literário brasileiro. Isso acontece especialmente porque o lugar da escrita não costuma permitir que aventureiros ali se instalem, diferentemente de outras artes. Não, não quero depreciar o que cada arte produz, mas dizer que a literatura, para ser reconhecida como tal, passa por um crivo crítico que vai além do gosto popular. Até muito pouco tempo atrás era comum pessoas dizerem que não existia literatura indígena porque os nativos não dominavam a escrita e seu instrumento preferencial era a oralidade. [...] Ainda hoje pesquisadores jovens que tentam estudar essa literatura em seu mestrado ou doutorado encontram forte resistência entre os orientadores, por estes não aceitarem a existência de tal literatura como objeto de pesquisa.

21

A relutância em classificar como uma literatura indígena recebe apoio de alguns estudiosos os quais argumentam que, se um texto é literatura, não há necessidade de classificar a origem de quem a escreve, isto é, o texto literário falaria por si só, e isso apenas criaria um segregacionismo, “reforçando a separação entre os membros de uma mesma sociedade, no caso, brasileira. Dizer que uma literatura é indígena ou negra, branca ou judia, oriental ou ocidental levaria as pessoas a criar uma reserva com relação à qualidade do que produz” (Munduruku, 2016, s/p).

O fato é que existe uma literatura escrita por indígenas e que há uma identidade nessa produção literária. As classificações que a academia e a teoria procuravam e muitos ainda procuram, de encaixar as obras dessa autoria, excluem as particularidades e a voz inovadora trazidas com essas produções. Desconsidera-se também o fato de que, por diferentes fases, a literatura recebeu denominações que apresentavam especificações a fim de determinar

conceitos e características para um movimento distanciar-se do anterior. A partir do momento em que esses elementos passam a ser considerados no debate, compreende-se que:

A literatura que os autores indígenas estão criando é nova sim. Traz um olhar sobre suas próprias sociedades e culturas. Traz um viés particular - embora, às vezes, contaminado pela cultura branca, europeia - capaz de confirmar e reafirmar suas identidades distanciando-os do conceito cínico do “ser brasileiro com muito orgulho e com muito amor”, cantado nos estádios de futebol. É uma literatura autenticamente brasileira - no sentido do pertencimento ao lugar onde se vive e no qual se enterra seus mortos. É uma literatura - na falta de um termo melhor - que está além da própria literatura, já que não faz distinção dos jeitos como ela é produzida. (Munduruku, 2016,s/p)

Com a crescente demanda dos últimos 20 anos, a ampliação dos estudos e o fomento de políticas públicas que estimulam o mercado editorial, o consumo e a recepção crítica das produções literárias, consolidou-se a ideia de que as produções de autoria nativa compõem uma nova literatura. Desenvolve-se então o conceito de literaturas indígenas;

22

Nossos escritos são literaturas, sim. E são indígenas, sim. Não há motivo para negar isso e menos ainda para partilhar com os escritores não-indígenas o merecimento que nosso esforço tem conseguido em tão pouco tempo. Dizer que o que escrevemos é “apenas” literatura brasileira, é dividir com todos aqueles que escreveram, escrevem e escreverão coisas medíocres a respeito de nossa gente, um status que não foi construído por eles. Nossa literatura é indígena para que não se venha repetir que “somos os índios que deram certo”. (Munduruku, 2016, s/p)

A partir da conceitualização das literaturas indígenas, aparecem questões que buscam traçar caminhos teóricos para estudar a produção. É preciso considerar que uma nova estética surgiu, e isso não a faz uma literatura menor. Por se tratar de uma literatura nativa, com identidade e características próprias, a teoria ocidental, tal qual conhecemos, não contempla as particularidades dessa literatura. As literaturas indígenas precisam, antes de tudo, ser ouvidas, visto que elas nascem da oralidade, e não se pode fazer isso a partir de uma óptica europeia.

Ao defender uma nova perspectiva teórica para os estudos das obras de literaturas indígenas contemporâneas, a autora Graça Graúna (2013) propõe

tomar como base os estudos culturais por meio de uma “leitura das diferenças”, discutindo relações da produção indígena com os conceitos de identidade, auto-história, deslocamento, alteridade, determinadas pela transversalidade:

Gerando a sua própria teoria, a literatura escrita dos povos indígenas no Brasil pede que se leiam as várias faces de sua transversalidade, a começar pela estreita relação que mantém com a literatura de tradição oral, com a história de outras nações excluídas (as nações africanas, por exemplo), com a mescla cultural e outros aspectos fronteiriços que se manifestam na literatura estrangeira e, acentuadamente, no cenário da literatura Nacional. (Graúna, 2013, p.36)

Aqui, compreende-se teoria da literatura como “o estudo dos princípios da literatura e das suas categorias, dos seus critérios e matérias semelhantes” (Wellek;Warren, 1976, p.44). Em outras palavras, trata-se de um conjunto de princípios gerais e estruturados que visam a esclarecer e compreender tecnicamente a literatura. Envolvendo diversas abordagens e metodologias para analisar textos literários, a teoria leva em conta aspectos como estrutura, estilo, contexto histórico e cultural, além das intenções do autor e a recepção dos leitores. Esses princípios oferecem ferramentas para uma análise crítica e profunda das obras, possibilitando um estudo mais enriquecido e fundamentado dos textos.

É importante destacar que a “academia toma a teoria como instância completamente ocidental, na qual foram elaboradas todas as regras pelas quais o mundo indígena tem sido teorizado.” (Smith, 2018, p. 42-43). Esse paradigma, profundamente arraigado nos princípios do imperialismo e colonialismo, marginaliza as visões e expressões culturais autênticas desses povos, levando a um profundo silenciamento das vozes dos intelectuais indígenas na academia. Smith (2018) ainda aponta que muitos povos indígenas questionam a capacidade da prática, arte e ciência ocidentais de teorizar a respeito da existência da realidade dos nativos.

A teoria literária, ao se debruçar sobre as literaturas indígenas, precisa ter em conta a *voz-praxis* estético-política presente nas obras, dialogando com o movimento social em que a produção se insere e assumindo um sentido que dá origem a um *eu-nós lírico-político* militante e engajado, comprometido

diretamente com a causa indígena. Para os povos, “a noção de coletivo não está dissociada do livro individual de autoria indígena; Ao tomar o rumo da escrita no formato de livro, os mitos de origem não perdem a função nem o sentido, pois continuam sendo transmitidos de geração em geração” (Graúna, 2013, p. 172).

Ao limitar o papel da teoria ocidental na fundamentação dos estudos de literatura indígena, tenciona-se para a possibilidade de análises que contemplem os conceitos de decolonialidade e pós-colonialidade, já que eles contemplam em sua totalidade a *voz-praxis* ativista e militante das obras. De acordo com Creston (2020, p. 236), a decolonialidade ou pós-colonialidade “possibilita[...] compreender as resistências das minorias contra processos hegemônicos de domínio e apagamento sociocultural”.

Dessa maneira, apesar de muito recente, a literatura indígena proporciona caminhos para a fundamentação de uma teoria que reforce os potenciais artísticos e políticos das obras, e seu diálogo ativo e indissociável com a sociedade, por meio da relação do sujeito epistêmico e social. A *voz-praxis* potencializada pelos autores é carregada de uma condição identitária e, singularmente antropológica, constituindo uma literatura altamente política, autobiográfica, testemunhal e coletiva, de modo que a teoria, ao analisar as obras, deve contemplar o leque de particularidades apresentadas por essa nova estética e linguagem fundada.

Considerações finais

As discussões aqui apresentadas conduzem a uma reflexão que transcende a escrita e a teoria literária vistas até bem pouco tempo atrás, uma vez que a literatura indígena é constituída sobretudo de uma voz política que foi historicamente silenciada e teve seus lugares culturais negados. A voz que narra e pertence à literatura indígena é sobretudo uma voz política.

A figura do “índio”, durante cinco séculos, esteve associada ao idealismo romântico, o qual fortaleceu a imagem do selvagem que precisava ser domesticado e propagou preconceitos e estereótipos que permanecem até

hoje na sociedade brasileira. A história do indígena era contada sempre em terceira pessoa, isto é, pela óptica do colonizador. Agora, é chegada a hora de ouvir o que os próprios nativos têm a dizer e abrir espaço para que eles ocupem também o ambiente literário com sua voz, ainda que, para serem ouvidos, seja necessário apropriar-se da língua e de costumes do não indígena.

É impossível dissociar a literatura indígena do movimento social que a originou e, justamente por isso, a potência dos seus escritos é marca da resistência. A literatura indígena já nasce ativista, contrapondo o etnocídio em curso e o apagamento das tradições nativas.

Conclui-se, portanto, que a teoria ocidental não contempla a totalidade dos potenciais artísticos e políticos da literatura indígena, produzindo ela mesma uma nova teoria com uma óptica anticolonial, decolonial e pós-colonial. Os caminhos possíveis para embasamento teórico de pesquisas literárias dessa literatura partem desse princípio para ler e ouvir a voz produzida pelas minorias.

Embora ainda incipiente e frequentemente negligenciada no meio acadêmico, emerge um apelo para que intelectuais e artistas indígenas tenham a oportunidade de desenvolver e liderar uma teoria que abarque as linguagens, os contextos políticos e sociais, as culturas, o mundo imagético e as histórias das nações que foram interrompidas e profundamente alteradas pelo colonialismo. Essa nova abordagem teórica, que se desenvolve à margem do cânone tradicional, está ganhando espaço em estudos que adotam uma perspectiva decolonial nas metodologias e estratégias de análise de textos literários. É nesse sentido que se pode afirmar a existência de uma teoria de literatura indígena.

A *voz-praxis* apresentada na literatura indígena está intrinsecamente ligada à marginalização e à exclusão dos povos, aproximando-a da forma literária de outros povos historicamente apagados, como os africanos. Nessa perspectiva, a *voz-praxis* produzida pelos marginalizados é autoral, ativista, militante, política e politizante, sendo impossível dissociar a obra do ativismo e da

memória.

Outro fato marcante que se nota ao analisar a teoria literária indígena é a produção do *nós-lírico*. Para os nativos, a literatura escrita é resultado da coletividade e da tradição oral, existindo uma correlação direta da teoria com a prática vivenciada pelos povos. Desse modo, constitui-se uma narrativa com sujeito epistemológico, político e coletivo na voz do narrador.

Por fim, é certo afirmar que a poesia indígena é expressão da resistência e da memória, uma celebração da coletividade e da luta pela terra, o encontro da tradição e da modernidade, e a perpetuação, pela escrita, de saberes e valores ancestrais. A literatura indígena é sobretudo a voz de um Brasil autêntico que muitos ainda, infelizmente, desconhecem.

Referências

ANGATU, Casé. Carama suí ìe'emonguetás ìe'engaras: Carubas Moemas ìe'engas, (Re)Existências Indigenamente Decoloniais. In: DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

ASSIS, Aurinivea de; et al. *Mito do Herói em O Guarani*. Irecê: Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, 2010.

ASSIS, Aurinivea de; et al. *Mito do Herói em O Guarani*. Disponível em: http://magalisantana.blogspot.com.br/2010/12/mito-do-heroi-em-o-guarani_2658.html Acesso em 17 set. 2023.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CRESTON, Helena Tuler. Luta indígena e decolonialidade no Brasil: identidade como tática, multiplicidade como devir. *Redobra*, n. 15, ano 6, p. 231-242, 2020.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. *Literatura indígena Brasileira: Entre tradição, crítica e resistência*. *Revista Graphos*, v. 21, n. 1, p. 212-238, 2019

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. A Voz-práxis estético-literária das e pelas minorias político-culturais: Lugar de fala, autoria e/como descolonização. *Revista Synesis*, v. 13, n. 2, p. 117-147, ago/dez 2021.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GRAÚNA, Graça. Literatura indígena: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos. *Tecido de Vozes*, 2014. Disponível em: <https://gracagrauna.com/2011/04/28/literatura-indigena-desconstruindo-estereotipos-repensando-preconceitos/> . Acessado em: 11 nov. 2022

KAMBEBA, Márcia Wayna. O olhar da palavra: Escrita de resistência. In: DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Editora Paulinas, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. *Literatura x Literatura indígena: A produção de literatura dos indígenas brasileiros*, 2016. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com/2016/02/literatura-x-literatura-indigena.html> Acesso em 05/12/2022

MUNDURUKU, Daniel. A literatura indígena não é subalterna. *Revista Philos*, Camaragibe-PE, n. 28, p. 7-10, set. 2018.

ORLANDI, Eni P. *Terra à Vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Boacé Metlon Palavra é coragem: Autoria e ativismo de originários na escrita da história. In: DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PEREIRA, Danglei de Castro; SICSÚ, Delma Pacheco. Denúncia e dialogismo em Canumã: a travessia. In: PEREIRA, Danglei de Castro; SANTOS, Rosana Cristina Zanelatto (Orgs.). *A insustentável leveza: literatura e sua análise*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, 2021.

SMITH, Linda. T. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Trad. Barbosa, Roberto G. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. 3 ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976.

WERÁ, Kaká. *Kaká Werá*. Organização de Sergio Cohn e de Idjahure Kadiwel. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017.

Recebido em: 26/02/2024
Aprovado em: 15/05/2024